

Requerimento Nº /2009
(do Sr. Domingos Dutra)

Requer a realização de Audiência Pública para debater os efeitos sociais da instalação do Centro de Lançamento de Alcântara no Estado do Maranhão.

Senhor Presidente:

Nos termos do Art. 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada **Audiência Pública conjunta das Comissões de Direitos Humanos da Câmara e Legislação Participativa para debater** os impactos econômicos e sociais da instalação e expansão do Centro de Lançamento de Alcântara, sendo convidados: a Procuradora Regional da República, **Déborah Macedo Duprat Pereira**; o Ministro do Desenvolvimento Agrário, **Guilherme Cassel**; O Ministro da Igualdade Racial **Edson Santos**, o antropólogo, **Alfredo Wagner Berner de Almeida**; o Presidente da Alcântara Cyclone Space, **Dr. Roberto Amaral**; o Presidente da Agência Espacial Brasileira, **Miguel Henze** e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara, **Samuel Araújo Moraes**.

JUSTIFICAÇÃO

Concebido no início da década de 80, como um dos três segmentos da Missão Espacial Completa Brasileira – MECB, o Centro de Lançamento de Alcântara – CLA, visava a permitir o lançamento, a partir do território brasileiro, de um satélite nacional, levado por um foguete também desenvolvido e produzido no país.

A Aeronáutica propôs ao governo federal a implantação de um novo centro de lançamento que atendesse às necessidades da MECB e com capacidade de crescimento para o futuro. Após criteriosa avaliação dos possíveis locais, foi selecionado o Município de Alcântara – MA, para abrigar todo o complexo de instalações e de sistemas do novo centro de lançamento.

Para abrigar o Centro de Lançamento de Alcântara, o Governo Estadual editou o Decreto nº **7. 820, de 12 de setembro de 1.980**, com **52 mil** hectares. Em 1990, dez anos depois, o Governo Collor, editou Decreto Federal ampliando a área destinada a Base Espacial para **62 mil** hectares de terra, o que corresponde a **54 %** do território do município.

Na área destinada à Base Espacial, moram e trabalham há mais de **300 anos**, cerca de três mil famílias quilombolas.

Em **1983** a Base Espacial foi inaugurada oficialmente. Neste período de **26 anos** foram realizados quase **300** lançamentos, com resultados poucos expressivos. O mais importante lançamento fracassou, ocasionando a destruição do foguete e a explosão da torre de lançamento, levando a óbito **21** técnicos do programa espacial brasileiro.

Nestas três décadas, o estado brasileiro **acumulou descrédito** com as comunidades quilombolas, em face do **descumprimento de compromissos e acordos** celebrados e registrados em cartório. Além do mais, em **1986** e **1987**, o governo federal transferiu **312** famílias de **32** seculares povoados para amontoá-las em **07** agrovilas,

ocasionando a completa transformação e destruição da religião, cultura e das atividades produtivas.

Com a posse do presidente Lula, o governo federal promoveu avanços significativos, tais como: **prometeu** que não haveria mais relação compulsória de comunidades quilombolas; **reconheceu** trabalho antropológico identificador e definidor do território quilombola, com **78** mil hectares; **determinou** que a expansão da base se limitasse à área demarcada; **constituiu** Grupo Interministerial a fim de identificar as demandas sociais, para em seguida definir políticas públicas de sua superação.

Neste seis anos de governo Lula, vários ministros estiveram em Alcântara, em especial o Ministro da Igualdade Racial, **Edson Santos**, ratificando a posição do governo de **reconhecer o território quilombola**, bem como, não permitir remanejamento de novas famílias.

Ocorre que ultimamente, o Ministro da Defesa, **Nelson Jobim**, vem defendendo a **redução do território quilombola e realocação de comunidades para agrovilas**, contrariando posição anterior de governo. Esta posição tem acirrado os conflitos, reacendendo os impasses e incertezas que perduram há três décadas em Alcântara.

As questões de Alcântara são complexas, envolvendo entes federativos diversos, bem como existem ações na Justiça Federal e na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

As comunidades já tiveram enormes prejuízos por conta da irresponsabilidade do poder público. **A população de Alcântara continua sendo vítima do “progresso”**: Após três décadas de instalação da Base Espacial, o município de Alcântara continua em declínio: Só há **01** ambulância para **22** mil habitantes; o turismo morreu. A **única embarcação** que faz a travessia para São Luís, acaba de desabar o teto; as atividades agrícolas são realizadas de forma tradicional, na chamada “roça no toco”, com o facão, a enxada e o cavador. A pesca é realizada com tarrafa e a produção é carregada no lombo de bois.

Não é justo que Alcântara que é decantada como sendo o ouro da corrida espacial, continue na pobreza e na escravidão

A posição do Ministro da Defesa não contribui para o desenvolvimento das atividades aeroespaciais, além de reacender conflitos que imaginávamos ultrapassados.

O reconhecimento, identificação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas é **DEVER DO ESTADO** e não mera faculdade de governos. No caso de Alcântara não há qualquer invenção. Ao contrário, o estudo antropológico do professor Alfredo Wagner apenas ratificou uma realidade que resiste há mais de três séculos.

A negativa deste reconhecimento representa um grave retrocesso à luta pela titulação dos territórios quilombolas em todo o Brasil, uma vez que se o Estado não consegue cumprir a constituição em áreas que lhe pertence, como poderá reconhecer território em terras de particulares?

Neste sentido, torna-se mais do que oportuno e urgente, a realização da audiência requerida, visando encontrar alternativas capazes de garantir o funcionamento da Base, porém, com absoluto respeito aos direitos históricos das Comunidades quilombolas.

“Justiça se faz na luta”

**Dep.Fed. DOMINGOS DUTRA
PT/MA**